

PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	RESTITUIÇÃO DE BENS CULTURAIS BRASILEIROS NO EXTERIOR: EXPERIÊNCIAS E APRENDIZADOS						
AUTORIA	LETÍCIA MACHADO HAERTEL				DISCENTES Nº MÁX.	10	
SUPERVISÃO	LETÍCIA MACHADO HAERTEL				DISCENTES Nº MÍN.	6	
REQUISITOS	Aberto para todo o corpo discente						
PÚBLICO ALVO	<p>- <i>Stakeholders</i> em processos atuais de solicitação e restituição do patrimônio cultural brasileiro localizado no exterior: autoridades governamentais, museus e instituições culturais, organizações internacionais, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e especialistas. Em disputas e negociações sobre patrimônio arqueológico e paleontológico, cientistas de áreas correlatas e, em cenários envolvendo patrimônio etnográfico, lideranças indígenas e organizações de articulação dos povos originários.</p> <p>- Sociedade civil e público geral interessado em gestão do patrimônio cultural brasileiro, bem como acadêmicos e jornalistas interessados em fontes e estudos confiáveis sobre os casos de restituição de bens brasileiros.</p> <p>- Universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais, com ênfase na Cadeira da UNESCO sobre Direito Internacional do Patrimônio Cultural na Universidade de Genebra, que gerencia a maior base de dados internacional sobre casos de restituição, a <i>ArThemis Database</i>.</p>						
CÓDIGO	GRDDIR003 / GRDDIR036 / GRDDIR039 / GRDDIR041 / GRDDIR049 / GRDDIR065 / GRDDIR081	PERÍODO	2024.1	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	O <i>Field Project</i> “Restituição de Bens Culturais Brasileiros no Exterior: Experiências e Aprendizados” se insere no campo do Direito Internacional do Patrimônio Cultural (Direito Global) com intrínsecas considerações interdisciplinares. Trata-se do desenvolvimento de uma base de dados contendo informações verídicas e rigorosamente fundamentadas em fontes e uma análise qualificada das estratégias e lições aprendidas para auxiliar <i>stakeholders</i> envolvidos na solicitação de restituição de bens culturais brasileiros na exterior e resolução de eventuais controvérsias. em cada caso em seus processos decisórios.
PROBLEMA	<p>Ao passo em que a restituição de patrimônio cultural aos seus países de origem é um tema debatido há décadas no plano internacional – com ênfase na articulação em torno da Convenção da UNESCO de 1970 sobre a Importação, Exportação e Transferência Ilícita de Propriedade de Bens Culturais – e a substantiva quantidade de artefatos brasileiros localizados no exterior, foi apenas em 2023 que o tema passou a ser debatido de forma mais ampla, fora dos circuitos estritamente acadêmicos e com apoio de autoridades governamentais. O retorno do fóssil holótipo do dinossauro <i>Ubirajara jubatus</i> e de um dos mantos tupinambá do acervo do Museu de Copenhague ao Brasil inauguraram um novo capítulo na história de demandas brasileiras pela restituição de seu patrimônio cultural que se desdobra em três vertentes: paleontológica, arqueológica e etnográfica. Estes desenvolvimentos se enquadram no movimento global pelo retorno aos seus países de origem de artefatos removidos durante o período colonial ou, ainda, traficados ao longo das últimas décadas. Nesse contexto, é fundamental que autoridades e instituições públicas inaugurem canais de diálogo para receber este tipo de demanda por parte de museus, instituições culturais, especialistas e entidades da sociedade civil e consolidem procedimentos formais com fundamento nas melhores práticas e evidências científicas para levá-los à esfera internacional.</p> <p>Considerando a inerente diversidade dentre demandas de restituição de patrimônio cultural e de métodos disponíveis para sua solicitação e resolução de eventuais controvérsias, é imprescindível que seja desenvolvida uma base de dados contendo informações verídicas e rigorosamente fundamentadas em fontes, aliada a uma análise qualificada das estratégias e lições aprendidas, para auxiliar os <i>stakeholders</i> envolvidos em cada caso em seus processos decisórios. Ainda, o acompanhamento integrado das diversas solicitações brasileiras de repatriamento contribui substancialmente para a diminuição de condutas contraditórias e gestões duplicadas, bem como o estabelecimento de prioridades e a formação de precedentes.</p>
PRODUTO	<p>O projeto terá como produto uma base de dados com ferramenta de busca integrada contendo Fichas de Casos (<i>case notes</i>) sobre solicitações brasileiras de restituição de objetos culturais brasileiros em acervos de instituições estrangeiras. A ferramenta será disponibilizada <i>online</i> e será de acesso livre, com abertura de campos para feedback e comentários de seus usuários. Para garantir a visibilidade necessária para que os profissionais do campo (incluindo agentes governamentais) e entidades da sociedade civil possam se valer da ferramenta, ela será amplamente divulgada em mídias sociais (incluindo parcerias com perfis com pertinência temática) e por meio de <i>press releases</i> para veículos de mídia tradicional.</p> <p>Cada Ficha de Caso conterá as seguintes seções: (i) Descrição do objeto e dos <i>stakeholders</i> envolvidos; (ii) Cronologia; (iii) Estratégia e método adotados; (iv) Questões jurídicas e implicações interdisciplinares; (v) Desfecho; (vi) Análise e comentários; e (vii) Fontes.</p> <p>A plataforma será estruturada de forma a viabilizar sua manutenção e alimentação para além da duração do <i>Field Project</i> proposto.</p>
OBJETIVO	A principal meta a ser atingida ao fim do Field Project (2024.1) é a estruturação e a divulgação de uma base de dados funcional para a recepção e divulgação de Fichas de Casos (<i>case notes</i>) sobre solicitações de restituição de objetos culturais brasileiros no exterior e a disponibilização de suas seis primeiras fichas: (1) <i>Ubirajara jubatus</i> , (2)

	<p><i>Irritator challengeri</i>, (3) <i>Manto Tupinambá</i>, (4) <i>Coleção de 600 artefatos indígenas retidos pelo Museu de Lille</i> e (5) <i>Cretapalpus vittari</i> e outros espécimes restituídos pela Universidade do Kansas. Pretende-se, assim, fornecer a profissionais e agentes no campo, bem como a qualquer pessoa e entidade organizada, um ponto de referência para informações confiáveis sobre as demandas e lições que possam servir de orientação estratégica para futuros casos.</p> <p>Outros objetivos específicos incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Documentar e disponibilizar a agentes que atuam em prol da restituição de artefatos brasileiros no exterior informações, precedentes, modelos, estratégias, lições e análises que os auxiliem em seus processos de tomada de decisão; - Propagar o potencial de métodos alternativos de resolução de controvérsias em disputas envolvendo restituição de artefatos e, de forma mais ampla, no campo do Direito Internacional do Patrimônio Cultural; - Promover o aprendizado aliando teoria e prática sobre o funcionamento de organizações internacionais (em especial, a UNESCO), instituições nacionais e a atuação diplomática no campo do patrimônio. - Demonstrar a crucialidade de que aspectos interdisciplinares e não-jurídicos de disputas sobre a restituição do patrimônio cultural, como questões filosóficas/morais, históricas, culturais, financeiras, e criminológicas, sejam aliados ao saber jurídico para as melhores tomadas de decisão. - Demonstrar a importância de uma adequada concertação entre todos os stakeholders envolvidos em uma disputa e a reversão de benefícios da restituição às comunidades locais.
METODOLOGIA	<p>Ao longo do primeiro projeto do semestre, a construção da base de dados e a formação das alunas e alunos nas competências necessárias ao trabalho será estruturada em encontros divididos em dois blocos.</p> <p>O bloco de Formação será organizado com base em metodologias participativas de ensino, incluindo debates estruturados com base em leituras e em exposições, incluindo por parte de convidados externos de atuação relevante no campo. O conteúdo da formação será apresentado <i>infra</i> com a proposta de atividades.</p> <p>No bloco de Execução serão coordenadas as etapas necessárias para a concepção e a divulgação do produto ao público-alvo externo. A execução do projeto demanda, além da elaboração das Fichas de Caso, a coordenação da estruturação da plataforma e de sua divulgação.</p>
HABILIDADE	<p><input checked="" type="checkbox"/> Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.</p> <p>Outras: Aliar conhecimentos teóricos com a prática no campo do Direito Internacional do Patrimônio Cultural; Articulação de estratégias de mídia (incluindo mídias sociais e a mídia tradicional); Compreender a estruturação (técnica e de conteúdo) de uma base de dados.</p>
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))	
ATIVIDADE	TEMA
1	<p>FORMAÇÃO: Introdução ao repatriamento de bens culturais localizados no exterior à luz do Direito Internacional e do Direito Brasileiro.</p> <p>EXECUÇÃO: Introdução ao projeto, ao produto almejado, objetivos e justificativas. Identificação de interesses e competências dos discentes. Distribuição de casos para estudo inicial e de tarefas relacionadas à estruturação da plataforma e sua divulgação.</p>
2	<p>FORMAÇÃO: Tipologia de disputas sobre restituição de patrimônio cultural (incluindo patrimônio etnográfico, arqueológico e paleontológico).</p> <p>EXECUÇÃO: Apresentação, pelos discentes, dos casos distribuídos e do levantamento preliminares das tarefas necessárias a estruturação e divulgação da base de dados.</p>

3	<p>FORMAÇÃO: Métodos disponíveis para a resolução de disputas sobre restituição de patrimônio cultural.</p> <p>EXECUÇÃO: Apresentação da ficha-modelo elaborada pela proponente (<i>Ubirajara jubatus</i>) e da metodologia a ser seguida. Apresentação de bases de dados internacionais e de outros países com objetivos semelhantes.</p>
4	<p>FORMAÇÃO: O tráfico internacional de bens culturais e seu combate por entidades nacionais e internacionais.</p> <p>EXECUÇÃO: Identificação de fontes teóricas e contatos relevantes para a construção de cada Ficha de Caso.</p>
5	<p>FORMAÇÃO: Concepção, estruturação e importância de bases de dados. Metodologia.</p> <p>EXECUÇÃO: Início da estruturação da plataforma a partir da qual será construída a base de dados.</p>
6	<p>FORMAÇÃO: O Direito Internacional do Patrimônio Cultural e sua interface com imperativos do Direito Internacional dos Direitos Humanos, em especial em disputas sobre patrimônio etnográfico.</p> <p>EXECUÇÃO: Apresentação da primeira versão de duas Fichas de Caso (600 artefatos indígenas e manto tupinambá). Debate e feedback. Compartilhamento de aprendizados.</p>
7	<p>FORMAÇÃO: O colonialismo científico e a importância da restituição do patrimônio paleontológico.</p> <p>EXECUÇÃO: Apresentação da primeira versão de duas Fichas de Caso (<i>Irritator Challengeri</i> e <i>Cretalpalpus vittari</i>). Debate e feedback. Compartilhamento de aprendizados.</p>
8	<p>FORMAÇÃO: O “outro lado”: Coordenação de respostas a pedidos de restituição de objetos estrangeiros em acervos brasileiros.</p> <p>EXECUÇÃO: Estruturação da estratégia de mídia para divulgação da plataforma e identidade visual.</p>
9	<p>FORMAÇÃO: UNESCO, Convenção da UNESCO de 1970, Comitê de Monitoramento, Comitê de Restituição (ICPRCP).</p> <p>EXECUÇÃO: Apresentação da segunda versão da Ficha de Caso sobre os “600 artefatos indígenas”. Debate e feedback. Compartilhamento de aprendizados.</p>
10	<p>FORMAÇÃO: O papel da diplomacia em solicitações de restituições e na resolução de eventuais disputas. Introdução às instituições diplomáticas brasileiras pertinentes.</p> <p>EXECUÇÃO: Apresentação da segunda versão da Ficha de Caso sobre o Manto Tupinambá. Debate e feedback. Compartilhamento de aprendizados.</p>
11	<p>FORMAÇÃO: Repatriamento e restituição: a importância de reversão de benefícios do retorno dos artefatos às comunidades locais.</p> <p>EXECUÇÃO: Apresentação da segunda versão da Ficha de Caso sobre o <i>Irritator Challengeri</i>. Debate e feedback. Compartilhamento de aprendizados.</p>
12	<p>FORMAÇÃO: Instituições do direito comparado para viabilizar a recepção e o processamento de pedidos de restituição.</p> <p>EXECUÇÃO: Apresentação da segunda versão da Ficha de Caso sobre o <i>Cretalpalpus vittari</i> (e outros objetos restituídos pela Universidade do Kansas). Debate e feedback. Compartilhamento de aprendizados.</p>
13	<p>FORMAÇÃO: Instituições do direito comparado para a solicitação de pedidos de restituição.</p> <p>EXECUÇÃO: Atualização sobre a estruturação da plataforma e apresentação da estratégia de mídia final.</p>
14	<p>EXECUÇÃO: Apresentação dos feedbacks entre pares sobre a versão final das Fichas de Caso.</p> <p><i>Para este encontro, a formação se dará exclusivamente por meio de leituras e espaço para dúvidas.</i></p>
15	<p>FORMAÇÃO: Perspectivas de atuação do Brasil pela restituição de seu patrimônio no exterior.</p> <p>EXECUÇÃO: Apresentação da plataforma e início da estratégia de divulgação.</p> <p>Obs.: Ao final do encontro, será realizado um balanço sobre as atividades no âmbito do Field Project e aberto canal anônimo para feedback.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<p>Os participantes serão avaliados com base na Ficha de Caso que produzirem (50%, com 10% derivado da avaliação das fichas pelos pares dos discentes), contribuição para aspectos práticos do funcionamento e divulgação da plataforma (30%) e participação ativa nos encontros (20%).</p> <p>A avaliação utilizará os conceitos de avaliação: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>Chechi, A. Alternative Dispute Settlement Mechanisms, in: Francioni, F.; Vrdoljak, A. (eds.), Oxford Handbook of International Cultural Heritage Law, Oxford University Press, 2020, pp. 718-736.</p> <p>Francioni, F. Introduction, in: Francioni, F.; Scheinin, M. (eds.), Cultural Human Rights, Leiden, 2008.</p> <p>Vrdoljak, A. Cultural Heritage in Human Rights and Humanitarian Law, in: Ben-Naftali, O. (ed.), International Humanitarian Law and International Human Rights Law, Oxford University Press, 2011.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>Shehade, M.; Kalliopi, F. The Politics of Culture and the Culture of Politics: Examining the Role of Politics and Diplomacy in Cultural Property Disputes. International Journal of Cultural Property, 2016, p. 357.</p> <p>Haertel, L. The past, present: The Parthenon Sculptures dispute as an example of the ICPRCP’s role on claims barred by the non-retroactivity of the 1970 UNESCO Convention. International Journal of Cultural Property, v. 28, p. 479-504, 2021.</p> <p>Sarr, F.; Savoy, B. The Restitution of African Cultural Heritage: Toward a New Relational Ethics, Paris, 2018. Disponível em: http://restitutionreport2018.com/sarr_savoy_en.pdf.</p> <p>Prott, L. Strengths and Weaknesses of the 1970 Convention: an Evaluation 40 Years after its Adoption, Background Paper for the 2nd Meeting of State Parties to the 1970 Convention, Paris, 2012.</p>

	Haertel, L. #UbirajaraBelongstoBR: A Restituição de Fósseis e o Papel do Direito Internacional como Instrumento para a Descolonização da Ciência. In: Menezes, W. Direito Internacional Em Expansão (v. 23). Belo Horizonte: Arraes, 2023.
--	--